



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150773 - SC (2021/0231960-8)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : W V F (PRESO)
ADVOGADO : NOERI BUFON - SC025101
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por W V F contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5026007-66.2021.8.24.0000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática do delito de posse de arma de fogo com numeração suprimida (art. 16, § 1º, IV, da Lei n. 10.826/2003).

Nesta via, a defesa sustenta inexistir motivação idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o constrangimento ilegal decorre da violação do princípio constitucional da presunção de inocência, considerando que a reincidência não pode servir como único fundamento para a manutenção do decreto prisional.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva encontra-se fundada, em princípio, na garantia da ordem pública e na possibilidade de reiteração delitiva por parte do recorrente, conforme se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fls. 48-49):

Com efeito, sobre os requisitos para a preventiva, cumpre destacar que, para a sua decretação, não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta e provas da existência da materialidade, que, pelo cotejo dos elementos que instruem os autos no Juízo de origem se fazem presentes.

No caso em exame, a autoridade dita coatora indicou os elementos concretos e objetivos do processo, explicitando a prova da existência do crime e de indícios de autoria (fumus commissi delicti), a gravidade concreta da infração e elementos demonstrativos da periculosidade (periculum libertatis), em virtude da apreensão de arma de fogo com numeração suprimida, além de munições, e do comportamento desabonador do paciente, com

registro de condenação transitada em julgado por crime com grave ameaça ou violência à pessoa (autos n. 0007871-57.2018.8.24.0018, fatos ocorridos em 30 de julho de 2018, pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, por infração ao disposto no artigo 157, § 2º, II, do Código Penal, e no artigo 244-B da Lei n. 8.069/1990, transitada em julgado no dia 6 de novembro de 2018), além de responder por outros dois processos criminais (autos n. 0006034-64.2018.8.24.0018, fatos ocorridos em 17 de julho de 2018, denunciado pela suposta prática, em concurso material, das infrações penais descritas no artigo 121, § 2º, inciso I [motivo torpe], inciso III [meio cruel] e inciso IV [dificuldade de defesa] do Código Penal, em face da vítima Alexandre Lemos dos Santos, e no artigo 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990; e n. 0000865-67.2019.8.24.0081, fatos ocorridos em 31 de julho de 2018, denunciado pela suposta prática, das infrações penais descritas no artigo 155, § 4º, I e IV, do Código Penal, e no artigo 244-B da Lei n. 8.069/1990).

Tais circunstâncias, de fato, demonstram o risco à ordem pública.

Anote-se que na época dos fatos o paciente cumpria pena em regime aberto, onde uma das condições impostas era "não portar armas" (Processo de Execução Criminal n. 0002627-16.2019.8.24.0018, Eventos n. 1.69 e 1.83, no SEEU/CNJ).

Logo, todos os elementos coincidem de modo a evidenciar a periculosidade do paciente e autorizar a prisão processual ao menos como garantia da ordem pública, pelo que desponta a correção da decisão hostilizada.

Revelada a conveniência da prisão, havendo fundado pressentimento de reiteração delitiva, com a comprovação da tenacidade delitiva do paciente, ao menos teoricamente, não há que falar em ofensa ao dogma da presunção de inocência, sobejando justificada a singularidade da medida extrema.

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência